

Corrêio de Sergipe  
03 de Outubro  
de 2013



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

# Comissão confirma caos em unidades de medidas socioeducativas

Situação encontrada em visita ao Cenam e Usip é considerada caótica e medidas urgentes terão que ser adotadas

Diante das rebeliões e fugas que aconteceram nos últimos dias no Centro de Atendimento ao Menor (Cenam) e na Unidade de Internação Provisória (Usip), uma comissão formada por um juiz, promotores e defensores públicos, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e Secretaria de Direitos Humanos fizeram uma vistoria nas duas unidades de internação. A situação encontrada, segundo a comissão, é considerada caótica e medidas urgentes terão que ser adotadas.

"A situação normal já é crítica e caótica porque as unidades têm uma estrutura prisional. As unidades de medida socioeducativas, como o próprio nome diz, é para ressocializar e o Estado não tem cumprido seu papel, em razão da própria estrutura arquitetônica e da falta de recursos humanos com perfil para trabalhar e em número suficiente para desenvolver as atividades socioeducativas que é o objetivo da medida, porque aqui não é pena, esses menores estão aqui por uma infração que cometeram para serem recuperados para ser devolvidos à sociedade. Se o Estado quiser que eles sejam recuperados tem que dá todas as condições para eles retornarem como pessoas dignas de viver, mais sendo violados de todos os seus direitos, o que veio ser devolvido é o fruto do que eles estão recebendo. A



Situação normal, pois unidades têm estrutura prisional"

**Maria Rita Machado**  
Promotora de Justiça

culpa não é deles, é da falta de tudo", enfatiza **Maria Rita Machado, promotora pública da 8ª Vara de Direito do Cidadão.**

Para o defensor público, Miguel dos Santos, as unidades de medidas educativas do Estado funcionam apenas como depósito de menores infratores e os devolvem piores para a sociedade. "Na verdade o que pudemos constatar é a completa e cabal falência de todo o sistema estadual de ressocialização e reinserção dos menores infratores no seio social. É a completa falência do sistema. O que a gente assiste é uma total degradação, nenhum dos direitos previstos no sistema legal brasileiro estão efetivados, é um depósito tão somente de pessoas que cometeram infração e que estão colocadas em celas, sendo torturadas de violência física e psicológica, sem nenhum trabalho de ressocialização, e uma vez devolvidas para sociedade bestializadas como foram, vão se tornar mais perigosas", assegura.

O juiz da 17ª Vara da Criança e Adolescente, Edno Aldo Ribeiro, revelou que os menores internados nas unidades de medidas socioeducativas de Sergipe estão sendo vítimas do próprio sistema. "Em agosto, quando assumi a vara em visita constatei que muitos direitos estavam sendo lesados, conversamos com a Fundação Renascer sobre essas questões e a informação era que isso ocorria devido à greve dos agentes. Diante dessa situação agimos com certa tolerância, mas na visita no mês de setembro, os direitos continuavam sendo lesados. Direitos simples, como o banho de sol, desde o dia 05 de agosto os adolescentes não saem para tomar um banho de sol, ficam encarcerados numa sala sem qualquer atividade física ou intelectual. Essas rebeliões já eram previstas, o comportamento desses adolescentes é uma reação da inércia do Estado de negar o direito deles. O que acontece aqui é descumprimento de direito", ressalta o magistrado.

#### • Próximos passos

Diante do que foi verificado, o Ministério Público Estadual irá se reunir para decidir quais as medidas sejam tomadas para que se faça cumprir o mínimo de direito desses adolescentes. "Vamos sentar e avaliar as medidas, porque Ação Civil Pública (ACP) já existe, já está apostado há muito, para que essas unidades sejam adequadas à Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) tanto estrutura quanto recurso humano. Essa ação tem mais de 20 pedidos e quando tivermos essa ação julgada a gente pretende que o sistema funcione como deve funcionar, mas algumas medi-

das urgentes terão que ser tomadas diante dos acontecimentos", informa Dra. Maria Rita. Para o Defensor Público cabe ao poder Executivo cumprir o conteúdo as medidas socioeducativas, mas que cabe ao judiciário fazer com que isso seja cumprido. "Na verdade a Defensoria Pública tem o papel de efetivar direitos, para a Defensoria cabe saber quais as medidas que o poder executivo vai executar, mas a medida que nos cabe de executar direitos vamos provocar o poder judiciário para que ele diga que aqui os direitos dos adolescentes menores infratores estão sendo de fato garantidos. Cabe ao poder judiciário dizer, até porque ele estava presente, uma vez provocado, se continuará sendo permitida essa situação de violação de direito ou se será determinado que se modi-

fique", observa Dr. Miguel.

O Juiz informou que irá aguardar uma ação das instituições que estavam presentes, caso não haja ele mesmo irá julgar o procedimento instaurado. "Eu acho conflitante um juiz que instaura o procedimento e ele mesmo julgar, apesar do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) dizer que posso fazer isso. Eu convoquei as instituições que têm por dever constitucional agir para que elas tomem a iniciativa para cumprimento desses direitos. Vamos aguardar, caso as instituições permaneçam omissas, vou instaurar procedimentos e julgar, mas a princípio vou aguardar", expõe Edno Aldo.

#### • Fundação Renascer

A diretora presidente da Fundação Renascer, Antônia

Menezes, esteve presente na vistoria e informou que se reuniria ontem ainda com o governador em exercício, Jackson Barreto, para apresentar uma pauta das modificações possíveis até que a nova unidade de medida socioeducativa esteja pronta. "Os dois projetos que vinham em andamento na Fundação era o aumento de efetivo de agentes através do processo seletivo simplificado e o segundo é a unidade nova. A ministra deve está assinando o recurso e convênio com o Governo até o final deste mês. Nós já entregamos todo o projeto, mas até que a unidade nova chegue e que o efetivo seja aumentado, a gente tem que continuar trabalhando com a realidade que a gente tem. É uma lei que chega mais não vem com as condições para execução dela", declara.